

Gerardo Margela



Ao lado de Ney Suassuna (E), Renan Calheiros preside a sessão em que o Senado acolheu também diversos requerimentos

Renan Calheiros informa que Plenário realizará sessões deliberativas hoje e amanhã

## Senado aprova sete acordos internacionais

O Plenário acolheu sete acordos celebrados pelo Brasil. Eles se referem a cooperação sobre uso de etanol em combustíveis, com a Índia; área de turismo, com a Croácia; defesa civil, com o Equador; pesca, com o Peru; instituição do Prêmio Camões, com Portugal; regras do Grupo Internacional de Estudos do Níquel; e convenção sobre objetos espaciais. **Página 3**

## Relator garante R\$ 5 bi para reajuste do funcionalismo

Carlito Merz prevê que Lula fará contingenciamento de R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões assim que Orçamento for aprovado no Congresso. **Página 4**

### Crédito agrícola pode ser estendido a parceiro e consórcio

Arrendatários de terras, parceiros, consórcios de terras, condomínios de produtores rurais e quilombolas poderão ter acesso ao crédito rural. Projeto do senador Tasso Jereissati nesse sentido consta da pauta de amanhã da Comissão de Agricultura. **Página 4**

### Senadores criticam possível veto de Lula a renegociação

Ramez Tebet, Mão Santa, Rodolpho Tourinho e Garibaldi Alves foram à tribuna protestar contra o anunciado veto do presidente Lula ao projeto sobre renegociação de dívidas de agricultores nordestinos, aprovado pelo Senado. **Página 8**

Moreira Miniz



Augusto Botelho (E) ouve parecer de Tião Viana (D), aprovado ontem, na reunião da comissão presidida por Marco Maciel

## Mudança no regimento interno incentiva fidelidade

Comissão especial aprova parecer de Tião Viana propondo alterações para atualizar o Regimento Interno do Senado. O projeto de resolução vai agora ao exame da Comissão de Justiça. Segundo a proposta, o

resultado das eleições passa a ser tomado como critério para a representação partidária em cada comissão, incentivando a fidelidade partidária. Outras alterações pretendem democratizar o uso da palavra em Plenário.

Os discursos seriam prorrogados por apenas um ou dois minutos para o senador encerrar o pronunciamento. As votações passariam a começar às 16h e seria simplificada a tramitação de requerimentos. **Página 8**

### Comissão debate política para o salário mínimo

A comissão mista criada para elaborar uma política permanente de reajuste do salário mínimo reúne-se hoje com representantes da FGV e do Ipea. Paulo Paim prevê a apresentação de projeto ainda neste semestre para normatizar aumentos do mínimo. **Página 4**

### Cristovam cobra maior empenho pela educação

Cristovam Buarque clamou ontem os senadores a se empenhar mais no debate de temas como a educação da juventude. Ele lembrou que 27% dos jovens brasileiros estão desempregados e fora das escolas. **Página 5**

Segundo o Banco Mundial, a miséria persiste porque os governos não conseguiram acabar com a corrupção

## Demostenes comenta estudo sobre o círculo vicioso da pobreza

Demostenes Torres comentou ontem resultado de estudo do Banco Mundial sobre a América Latina, intitulado "Redução da Pobreza e Crescimento: Círculos Virtuoso e Vicioso". Conforme o documento, a miséria persiste pelo fato de os governos não terem conseguido debelar a corrupção e nem ampliar os investimentos em infra-estrutura.

O círculo vicioso, explica o senador, opera a seguinte equação: o baixo crescimento conduz a um alto índice de pobreza, que, por sua vez, resulta em baixo crescimento. Demostenes diz que a análise condiciona a eficácia da distribuição da renda a um bom sistema educacional e ao aumento



**Demostenes explica que o Bolsa-Família não tem o poder de reduzir a miséria** dos investimentos. Segundo ele, o Bolsa-Família, por exemplo, gera uma alteração aparentemente positiva de renda, mas não tem o poder de reduzir a miséria porque muitos beneficiários continuam sem acesso a água tratada, esgoto e energia elétrica.

## José Jorge diz que falta de diretores prejudica agências

O senador José Jorge (PFL-PE) pediu ontem o empenho do Senado na solução da crise de falta de dirigentes nas agências reguladoras. O parlamentar lembrou que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) está, atualmente, sem presidente, ao passo que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) precisam nomear dois



**José Jorge observa que governo ainda não nomeou presidente para a Anatel** diretores com urgência.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, concordou que o assunto necessita de "providências imediatas e concretas, sob pena de causar prejuízos para o país".

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário examina projeto que combate emigração ilegal

Na sessão de hoje, às 14h, os senadores discutem o projeto que criminaliza o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração e também inclui o delito no rol de crimes antecedentes da lavagem de dinheiro. A proposta é fruto da CPI



da Emigração Ilegal. Além disso, o Plenário pode votar medida que altera a política de fiscalização sanitária sobre os medicamentos para uso humano ou veterinário, para aumentar o controle e coibir a falsificação.

## Atualização monetária nas contas do FGTS

Às 9h30, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discute projeto (PLS 358/04) que autoriza antecipação do pagamento de

atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). No mesmo horário, a Comissão

de Assuntos Sociais (CAS) pode proibir exigência de carta de fiança a candidatos a empregos regidos pela CLT (PLC 103/05).

## CMA discute marco regulatório do saneamento

O projeto que estabelece o marco regulatório do saneamento é um dos itens em pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização

e Controle (CMA), às 9h30. A proposta mantém a estrutura praticada atualmente, que é baseada nas companhias de água e esgoto estaduais (PLS 155/05). O mesmo

assunto está sendo discutido na Câmara dos Deputados, que analisa o texto proposto pelo Executivo, voltado para a municipalização do saneamento.

## CPI pode convocar ministro e definir agenda

A CPI dos Correios tem reunião administrativa a partir das 15h. Os parlamentares devem discutir a possível convocação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para falar sobre o andamento das investigações pela Polícia Federal

e pelo ministério.

A comissão também pode marcar os depoimentos do lobista Nilton Monteiro, responsável pela divulgação da "lista de Furnas", e do publicitário Duda Mendonça e seus sócios.



## Fundos de pensão

A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, da CPI dos Correios, reúne-se às 10h. Estão marcados os depoimentos de Eliane Lustosa, Flávio

Magalhães Chaves, Luiz Carlos Fernandes e Ricardo Malavasi, da

Petros; e Demostenes Marques, Luis Afonso Simoens e Mário Cesar Silva Serpa, da Funcef.

## Caso Celso Daniel

A CPI dos Bingos retoma, às 10h30, a investigação sobre o assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel. A comissão ouve Nelma Kodama, conhecida como Nelma "Cunha", proprietária da Havaí Câmbio e Turismo, de Santo André, e Antônio Sette Braga, empresário de transportes do município.

## Salário mínimo

A Comissão Especial Mista do Salário Mínimo reúne-se às 14h para ouvir especialistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre outros. A audiência deverá discutir a criação de uma política fixa para os reajustes do salário mínimo.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves

(61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich

(61) 3311-1670

**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Papaléo Paes, Ramez Tebet, Tião Viana e Romeu Tuma e pela senadora Heloísa Helena

## Simon pede a Renan que conduza o PMDB à candidatura própria

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que lidere um movimento no PMDB destinado a garantir a candidatura própria do partido à Presidência da República.

Para Simon, o PMDB “não pode se acovardar”, quando a sociedade está esperando um posicionamento.

– Não vale o argumento de que não temos bons candidatos. O PMDB é o partido que tem mais nomes em condições de disputar as eleições – assinalou.

Segundo o parlamentar, a crise ética resultante de denúncias de corrupção contra o PT e o PSDB, aliada ao continuísmo da política econômica, abre espaço para que o PMDB ofereça à sociedade um programa de governo inteiramente novo. Conforme Simon, PT e PSDB deverão promover desgastante troca de acusações, levando ao crescimento do PMDB, que ainda teria como capital político a reconquista da democracia depois de 20 anos de governo militar.

– O governo Lula é sólido, mas podemos continuar garantindo a governabilidade, o que não nos impede de apresentar candidato próprio – disse Simon a Renan.

O senador frisou que Renan, “a maior liderança do PMDB”, seria capaz de obter acordo que permitisse a escolha de um candidato do partido e a união de esforços em torno dele.

Integrante do chamado “grupo autêntico” do antigo MDB, Simon disse lamentar os rumores em torno da intenção da chamada “ala governista” do partido de derrubar judicialmente a prévia marcada para o dia 19 de março, ou de esvaziar a candidatura que dela venha a sair.

## Para Gilvam, PMDB pode ter mais espaço na disputa eleitoral

Gilvam Borges (PMDB-AP) declarou ontem, em discurso, que seu partido “está preparado para lançar candidatura própria à Presidência da República”. Mas ele disse que também acredita “numa ampla composição”.

Para o parlamentar, o PMDB pode aumentar seu espaço na disputa eleitoral, “e se agora Germano Rigotto está com 2% nas pesquisas de intenção de voto, poderá alcançar 15%; se



Fotos: Rosewell Finheiro

**O PMDB não pode se acomodar, pois a sociedade espera uma posição, diz Simon**

– Isto não ficaria bem na sua biografia, presidente Renan – asseverou Simon.

O senador também disse considerar normal que, em encontros com o presidente Lula, Renan tenha afirmado a disposição do PMDB para a candidatura própria.

Em aparte, Renan manifestou-se favorável à prévia, mas destacou que o pleito interno deveria ocorrer um pouco adiante, quando o partido já tivesse candidato com densidade eleitoral, boa aceitação e um plano para o país.

Renan observou ainda nada ter contra os dois nomes mais em evidência atualmente – o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, e o do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto –, mas lembrou que não se tem muita informação sobre o desempenho de Rigotto à frente do Executivo gaúcho e suas chances na corrida presidencial.

– Eu não estou preocupado com prévias porque não as marquei – afirmou Renan, para quem “motivos pessoais” estariam movendo os dois governadores a lutar pelo pleito interno em março.

O líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB), apartou Simon para salientar que também está vivendo “a mesma amargura”.



**Gilvam Borges: candidatura própria ou ampla composição para o partido**

Anthony Garotinho está com 15%, poderá chegar a 20%”.

– Nós vamos avançar, sim, com uma composição ou com uma candidatura própria – reiterou.

Entre os acordos destacam-se o que trata do registro de engenhos no espaço; o que prevê cooperação em defesa civil com o Equador; e o que trata do Prêmio Camões

## Plenário do Senado ratifica sete tratados internacionais

O Plenário do Senado Federal aprovou ontem sete projetos de decreto legislativo, todos envolvendo a ratificação de acordos internacionais celebrados pelo Brasil. Um deles se refere ao texto da Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico. O documento foi adotado pela Assembléia

Geral das Nações Unidas em novembro de 1974 e entrou em vigor dois anos depois. Os projetos vão à promulgação.

Também foram apreciados requerimentos, incluindo o que solicita o envio de voto de aplauso ao general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, que deu início à operação da Missão das Nações

Unidas para a Estabilização do Haiti. O requerimento é do senador Aelton Freitas (PL-MG).

Conforme informou o presidente do Senado, Renan Calheiros, serão realizadas sessões deliberativas hoje e amanhã, para apreciar proposições que já estão prontas para votação. A sessão de amanhã começa às 9h.

### Registro de objetos lançados ao espaço

A convenção das Nações Unidas aprovada ontem pelo Senado criou, no âmbito desse organismo, um registro de todos os engenhos lançados ao espaço cósmico.

O Brasil é signatário de outros três instrumentos dessa natureza: Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração do Espaço (1967); Acordo sobre Salvamento de Astronautas e de Objetos Lançados ao Espaço (1968); e Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais (1972).

### Regras sobre o mercado do níquel

Projeto acolhido pelos senadores aprova o texto do termo de referência e regras de procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Níquel (Gien). O objetivo é assegurar a cooperação em questões relacionadas com o metal, levando em conta informações sobre a economia do níquel no âmbito mundial e visando à criação de um fórum internacional de consultas.

### Cooperação com Índia na área de combustível

Um dos acordos aprovados pelo Plenário prevê a cooperação tecnológica entre Brasil e Índia na área de combustíveis para transportes, especificamente no que se refere ao etanol. O documento, assinado em 2002, foi enviado pelo Executivo na forma de memorando de entendimento.

De acordo com exposição de motivos do Itamaraty, o memorando conferirá suporte para o desenvolvimento de cooperação no campo do álcool combustível, identificando as áreas propícias ao intercâmbio.

### Entendimento sobre pesca

O Plenário também aprovou, na sessão de ontem, o texto do Memorando de Entendimento entre o Brasil e o Peru sobre a Promoção do Setor Pesqueiro.

Conforme o acordo, celebrado em 2003, na cidade de Lima, os dois países poderão utilizar suporte comum para as provisões de facilidades pesqueiras, incluindo embarcações, para atividades nas áreas marítimas jurisdicionais comuns.

### Treinamento no setor de defesa civil

Desenvolver e aprofundar a cooperação técnica na área de defesa civil é o que prevê memorando de entendimento entre os governos do Brasil e do Equador ratificado ontem pelo Senado Federal.

Pelo acordo, as duas nações se comprometem a viabilizar treinamento e intercâmbio de técnicos e especialistas na área. O parecer favorável diz que, enquanto o Equador carrega um histórico de desastres naturais, o Brasil tem acumulado experiência em assuntos relacionados à defesa civil.

### Facilidade para o ingresso na Croácia

Na sessão de ontem foi aprovado o texto de acordo de cooperação na área de turismo entre o Brasil e a Croácia, assinado em Brasília, em junho de 2001.

Um dos objetivos do acordo é simplificar ao máximo as formalidades de viagem observadas pelas respectivas autoridades para entrada, estada e saída de estrangeiros, com o objetivo de incrementar o fluxo de turistas entre os dois países.

## Senado aprova novo protocolo sobre o Prêmio Camões

O Plenário aprovou ainda, com parecer favorável do senador Marco Maciel (PFL-PE), projeto de decreto legislativo que ratifica o protocolo modificativo do acordo que institui o Prêmio Camões, firmado entre o Brasil e Portugal. Celebrado em 22 de junho de 1988, o acordo,

entretanto, não foi promulgado por falta de notificação das autoridades portuguesas, conforme esclarece o relator.

Por essa razão, acrescenta Maciel, os dois governos assinaram outro protocolo para substituir o instrumento que não chegou a vigorar.

– A língua é um dos mais ricos patrimônios culturais que herdamos e cultivamos e essa iniciativa de premiar autores lusófonos certamente criará condições para o enriquecimento do patrimônio lingüístico e literário da comunidade da língua portuguesa – avalia Maciel.



Projeto de Jereissati receberá decisão terminativa na Comissão de Agricultura

## Proposta concede crédito rural a novas categorias

Os arrendatários de terras, os parceiros, os consórcios, os condomínios de produtores rurais e os quilombolas poderão passar a ter acesso ao crédito rural. É o que determina projeto de lei do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que está na pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) de amanhã, para decisão terminativa.

Pela atual legislação (Lei 8.171/91), somente têm direito a esse financiamento os produtores rurais, os extrativistas não-predatórios e os indígenas, desde que assistidos por instituições competentes, além de pessoas físicas ou jurídicas que, embora não conceituadas como produtores rurais, dediquem-se a atividades vinculadas ao setor e definidas na lei.

Segundo Jereissati, o PLS 265/03 tem o objetivo de reduzir o número de contratos informais e, ao mesmo tempo, valorizar novas categorias de agricultores rurais, como os condomínios e consórcios agrários, e também “fazer justiça” aos quilombolas.

### Anistia

Outros dez projetos constam da pauta da CRA de amanhã, dois também em decisão terminativa. Um deles é o PLS 259/04, do senador Efraim Morais (PFL-PB), que propõe anistia das dívidas oriundas de crédito rural contraídas por agricultores, bem como por suas cooperativas e associações, no valor de até R\$ 35 mil. A outra proposta é do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e tem o propósito de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas (PLS 341/05).

Estão ainda na pauta da Comissão de Agricultura vários projetos que tratam de organismos geneticamente modificados (OGMs). Entre eles, o PLS 216/99, que proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo OGMs ou seus derivados, em todo o território nacional.

Servidores das carreiras básicas da Saúde, Agricultura e Previdência – muitos ainda não contemplados com aumento no governo Lula – serão os principais a receber benefício

# Relator garante R\$ 5 bi para reajuste do funcionalismo

O relator-geral do Orçamento da União, deputado Carlito Merss (PT-SC), anunciou ontem que serão destinados R\$ 5 bilhões para aumentos salariais dos servidores públicos neste ano. O dinheiro será suficiente para que todos os servidores tenham reajuste no governo Lula de no mínimo 29% – mesmo percentual previsto para a inflação dos quatro anos do governo. As categorias que já tiveram mais que isso não terão direito ao reajuste.

A verba para o funcionalismo foi decidida depois de reuniões do relator com os ministros da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil. Os aumentos vão beneficiar especialmente servidores das carreiras básicas da Saúde, Agricultura e Previdência. Muitos desses funcionários não tiveram reajuste no governo Lula.

Merss previu ainda que o governo deverá fazer contingenciamento “de R\$ 10 a R\$ 15 bilhões” assim que o Orçamento for aprovado pelo Congresso Nacional. Esse é um valor próximo das receitas adicionais que o Congresso está apontando no Orçamento de 2006, por meio de reestimativa de arrecadação. Para o deputado, o governo não aceita trabalhar com essa reestimativa.

O relator condicionou também a destinação de verbas para res-



Relatório final deve ser apresentado amanhã na Comissão Mista de Orçamento

sarcir os estados exportadores (isenção de ICMS) ao compromisso formal dos governadores de que apoiarão um fundo de compensação das exportações, previsto na Lei Kandir, mas nunca regulamentado. Por isso, Merss “por enquanto” só pode garantir para a Lei Kandir R\$ 3,4 bilhões. O deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA), que relatou o assunto na Comissão Mista de Orçamento (CMO), estava perto do relator e disse à imprensa que “o Orçamento não terá condições de ser aprovado” se o ressarcimento aos estados não ficar em pelo menos R\$ 5,2 bilhões.

Carlito Merss pretende resolver nas próximas horas vários “buracos” no Orçamento, entre eles uma verba de R\$ 1,1 bilhão reivindicada pela área de saúde,

para cumprir aplicações mínimas determinadas constitucionalmente. Ele informou que vai repor cerca de R\$ 245 milhões retirados da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) durante a tramitação do Orçamento no Congresso. O dinheiro foi extraído de vários programas, entre eles combate à dengue e à malária.

Para fechar o Orçamento, mesmo usando R\$ 15,2 bilhões da reestimativa feita pelo Congresso, o relator informou que terá de cortar linearmente 15% dos valores até agora destinados às emendas coletivas dos parlamentares. Merss pretende apresentar seu relatório final amanhã, mas já admite que será difícil votá-lo na CMO até o fim do mês. A votação no Plenário só deve ocorrer na primeira quinzena de março.

## Política de reajuste do mínimo domina os debates

A comissão especial mista criada para elaborar uma política permanente de reajuste do salário mínimo reúne-se hoje, às 14h, com representantes da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para discutir formas de garantir o poder aquisitivo do trabalhador. Esse deve ser o assunto dominante desta semana no Legislativo.

O relator da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), diz que o objetivo é apresentar, ainda no primeiro semestre de 2006, um projeto de lei que normatize os futuros reajustes do salário mínimo. Para oferecer idéias a essa proposição, já foram ouvidos pela comissão representantes de entidades empresariais, centrais sindicais, confederações de tra-

balhadores e organizações de aposentados e pensionistas.

Também nesta semana, o Senado começa a discutir projeto apresentado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal que altera o Código Penal para punir quem auxilia a entrada irregular de pessoas em território estrangeiro. O mesmo projeto insere essa conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro. O texto poderá ser emendado em Plenário até o encerramento da discussão, que ocorrerá hoje e amanhã.

Também hoje, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se para examinar, entre outras matérias, projeto de lei do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que estabele-

ce diretrizes nacionais para o saneamento básico. Já a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) tem reunião para deliberar, entre outros, sobre projeto que acrescenta, como exigência mínima dos planos de saúde que incluem internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e com o transporte de órgãos destinados a transplante.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) examina amanhã uma pauta de 16 itens. Entre eles está um projeto que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre o funcionamento de casas de jogos em computadores e outro dispor sobre a reserva de habitação para idosos de baixa renda nos programas oficiais de produção de moradia.

## Aelton ressalta atuação do general Augusto Ribeiro

O Senado aprovou ontem requerimento do senador Aelton Freitas (PL-MG) solicitando voto de aplauso ao ex-comandante da Minustah, missão da Organização das Nações Unidas (ONU) para a estabilização do Haiti, o general-de-divisão Augusto Heleno Ribeiro. A homenagem é um reconhecimento por sua atuação no período da instalação e início da operação de paz naquele país.

O general, afirmou o senador, agiu com bom senso e se pautou pelo diálogo e pela não-beliçerância, mostrando ao mundo ser possível uma missão daquela natureza, mesmo contando com poucos recursos materiais e humanos e tendo sofrido ainda “críticas infundadas”.

## Votos por jornalista mineiro e por novo professor da USP

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), de voto de pesar pelo falecimento do jornalista mineiro Leonardo Fulgêncio, ocorrido no último dia 14. O repórter de política do jornal *Estado de Minas* morreu aos 58 anos, informou Azeredo.

Também foi acolhido requerimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de voto de louvor pela posse do professor e médico Miguel Srougi como professor titular de Urologia do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina da USP.

## Brasília poderá sediar organismo internacional

O estabelecimento em Brasília da sede da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) está previsto em acordo entre a entidade e o governo brasileiro que será analisado nesta quinta-feira, a partir das 9h30, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Segundo o Projeto de Decreto Legislativo 44/06, o governo brasileiro cederá ao organismo espaço de 320 metros quadrados em anexo do Itamaraty e colocará à disposição da organização terreno para a construção das instalações definitivas da secretaria permanente da OTCA.

Geraldo Magela



Tião Viana elogiou o Projeto Poronga, que ampliou o acesso à educação em áreas isoladas

## Viana destaca expansão do ensino no Acre

Tião Viana (PT-AC) comemorou ontem, em Plenário, os resultados positivos do Projeto Poronga, parceria entre a Fundação Roberto Marinho e o governo do Acre, desde 2001, para a expansão do ensino na Amazônia Ocidental. Segundo reportagem do jornal *O Globo*, citada pelo petista, o projeto levou a um aumento de mais de 200% no número de estudantes matriculados no ensino médio, na faixa etária correta para este nível.

De acordo com *O Globo*, o Projeto Poronga viabilizou a ampliação da educação em áreas rurais e isoladas do Acre, onde muitos alunos estavam fora da escola, ou repetiam o último ano do ensino fundamental só para não parar de estudar, pela falta de turmas de ensino médio. Um processo de aceleração de aprendizado foi introduzido pela metodologia do Telecurso 2000 e, hoje, 100% dos municípios acreanos têm acesso ao ensino médio. Viana observou que, em 1998, essa oferta só alcançava 45% dos municípios.

– Podemos dizer que está havendo um processo de revolução na educação do Acre – afirmou, lembrando que o estado é o primeiro do país a oferecer cursos de nível superior em 100% de seus municípios.

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) se disse orgulhoso pelos resultados no Acre. Para ele, o país começa a olhar a Amazônia de perto. Augusto Botelho (PDT-RR) elogiou a universalização do ensino superior no Acre e frisou que Roraima persegue o mesmo objetivo.

Para o senador, o ensino médio está abandonado e o superior mal aproveitado. Ele considera negligência esperar que somente o governo se mobilize para enfrentar "essa vergonha"

# Cristovam quer Senado mais atuante na busca de soluções para a educação

Cristovam Buarque (PDT-DF) cobrou maior empenho dos senadores na discussão de temas como a educação dos jovens, visando propiciar melhor oferta intelectual para suprir as necessidades do país em recursos humanos.

Ao fazer uma comparação entre matérias dos jornais que anunciam a auto-suficiência do Brasil em petróleo, o senador lamentou que os sucessivos governos não tenham se empenhado o suficiente para garantir essa autonomia também na área de ensino médio e superior.

– Estamos desperdiçando a energia do nosso povo. A energia que vem do cérebro. E o Congresso tem sua parte



Segundo Cristovam, os senadores devem "deixar de ser apenas goleiros e partir para o ataque"

dessa culpa. O Senado precisa deixar de lado alguns temas para tratar de assuntos fundamentais como a educa-

ção e o aperfeiçoamento intelectual de seus jovens para o mercado de trabalho – assinalou, informando que 27% dos jovens brasileiros estão desempregados e fora das escolas.

Cristovam acrescentou que o ensino médio está abandonado e o ensino superior mal aproveitado por falta de investimentos. A seu ver, esperar que somente o governo se mobilize para enfrentar "essa vergonha" na educação é ser negligente.

– Daí a necessidade de que o Senado também intervenha fazendo as leis, sem aguardar o Executivo. Temos que deixar de ser apenas goleiros e partir para o ataque, como artilheiros – finalizou.

## Ideli anuncia que será auxiliada por Ana Júlia e Sibá na liderança do PT

Ao discursar ontem em Plenário, já como líder do Partido dos Trabalhadores no Senado, Ideli Salvatti (SC) anunciou que os senadores Ana Júlia Carepa (PA) e Sibá Machado (AC) vão auxiliá-la no comando das atividades da bancada na Casa, enquanto Eduardo Suplicy (PT-SP) assumirá a vice-liderança do governo – a liderança está a cargo de Aloizio Mercadante (PT-SP).

A escolha de Ideli, que substituiu o senador Delcídio Amaral (MS), foi definida pelo partido na última quarta-feira. Em seu discurso, a senadora disse que sua escolha se deve ao ro-

dízio que o PT decidiu implementar no que diz respeito à indicação de seus líderes. A parlamentar assume o cargo pela segunda vez – ela já havia coordenado a bancada de fevereiro de 2004 a fevereiro de 2005.

A parlamentar afirmou ainda que "as expectativas para o país são extremamente positivas". Um sinal disso, segundo ela, foram os recentes dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE.

– O governo está conseguindo combinar mais desenvolvimento com menos desigualdade – declarou a se-



"Governo combina mais desenvolvimento com menos desigualdade", diz Ideli, em seu discurso

nadora por Santa Catarina.

No mesmo dia em que Ideli foi reconduzida à liderança do PT no Senado, o partido decidiu manter o deputado federal Henrique Fontana (RS) na liderança da sigla na Câmara dos Deputados.

## Azeredo: ICMS Cultural beneficiará 569 municípios mineiros

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) anunciou ontem, da tribuna do Plenário, que 569 municípios mineiros foram credenciados para receber mais recursos provenientes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). De acordo com o senador, as cidades, por apresentarem documentação demonstrando o esforço na preservação do patrimônio histórico,



Lei incentiva políticas de preservação do patrimônio histórico, explica Azeredo

foram beneficiadas pelo chamado ICMS Cultural.

Aplicada a partir de 1996 (quando Eduardo Azeredo era governador de Minas Gerais), a Lei de Distribuição do ICMS (também conhecida como Lei Robin Hood)

distribuiu um quarto da arrecadação do imposto entre os municípios que praticam políticas públicas nas áreas de educação, saúde, ecologia, alimentação e preservação cultural e histórica.

Para ter acesso aos recursos para preservação do patrimônio histórico, informou o senador, cada município deve organizar um Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Depois disso, deve fazer um inventário dos bens culturais, artísticos e históricos que possui.

– Essa preservação pode ter como resultado o desenvolvimento econômico por meio do turismo, estimulando a hotelaria local e a criação de empregos ligados à preservação – afirmou Azeredo.

Moreira Mouriz



População enfrenta uma das piores enchentes do estado, informa Mesquita Júnior

## Mesquita Júnior apela por ajuda aos acreanos

Ao informar que milhares de pessoas no Acre estão vivendo uma situação dramática em virtude das fortes chuvas que caíram no estado nos últimos dias, Geraldo Mesquita Junior (sem partido-AC) apelou ao governo federal para que não negue a ajuda emergencial que foi pedida pelo governo do estado e pelas prefeituras. Ele disse que, além de solidariedade, a população está necessitando de ajuda material para que a situação dramática não se agrave ainda mais.

– Essa foi uma das vezes em que voltei do estado com o coração mais apertado de tristeza, por presenciar o sofrimento de milhares de pessoas, principalmente em Rio Branco. As populações ribeirinhas estão sendo maltratadas por uma das maiores enchentes que o Acre já viveu – afirmou.

### Greve

Mesquita Junior também defendeu a legitimidade da greve dos procuradores da Fazenda Nacional, iniciada no último dia 13. Ele ressaltou que a categoria está apenas reivindicando tratamento compatível com suas funções. Os procuradores querem remuneração idêntica à da magistratura e do Ministério Público. Segundo o parlamentar, o salário de um procurador da Fazenda Nacional hoje é pouco superior a um terço dos valores recebidos por um juiz federal ou um procurador da República.

– Sou integrante da carreira dos procuradores da Fazenda Nacional desde 1993. Posso testemunhar a importância dos procuradores para o Estado e para a sociedade – disse.

## Procurador vai depor em CPI após o Carnaval

A CPI dos Bingos decidiu adiar para depois do Carnaval o depoimento do procurador do Ministério Público em São Paulo José Pedro Taques. A exemplo do juiz federal Julier Sebastião da Silva, que depôs na semana passada, Taques investiga suposto repasse de recursos ilícitos para campanha de candidatos do PSDB em 2002. Parte do dinheiro, segundo o magistrado, seria oriunda das empresas de propriedade do contraventor João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, que está preso no Uruguai, como acusado de homicídio e lavagem de dinheiro.

O depoimento de Pedro Taques estava marcado para a última quinta-feira, depois da oitava do juiz, mas terminou sendo adiado.

Taques, que em 2002 trabalhava no Ministério Público em Cuiabá, diz ter provas de que as campanhas eleitorais de alguns políticos do PSDB eram financiadas com dinheiro vindo do crime organizado, comandado por Arcanjo.

### A semana

Nesta semana, a CPI terá três dias de depoimento. Hoje, ouve os empresários de transporte Antônio Setti Braga e Nelma Mitsue Penaffo Kodama, que vão falar sobre possível pagamento de propina, por empresas de ônibus de Santo André (SP), para campanhas do PT. Amanhã, comparece o tesoureiro do PPS nas eleições de 2002, Evaldo Rui Vicentini. Os membros da comissão querem saber se Vicentini tem conhecimento de uso de caixa dois na campanha de Lula.

Fechando a semana, a CPI dos Bingos ouve, na quinta-feira, o motorista Francisco das Chagas Costa. Ele teria conduzido, em 2002, em Brasília, Vladimir Poletto, Rogério Buratti e o empresário Roberto Carlos Kurzweil.

Poletto é acusado de transportar, em caixas de uísque, supostos dólares doados por Cuba ao PT.

Investigações apontam participação de Marcelo Sereno na indicação de dirigentes de fundos, diz sub-relator; CPI colheu ontem três depoimentos, mas não conseguiu ouvir o ex-proprietário da Guaranhuns, que pela terceira vez deixou de comparecer

# Para sub-relator, ex-secretário do PT tinha influência sobre fundos

O sub-relator de Fundos de Pensão, da CPI dos Correios, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), afirmou ontem que as investigações da subcomissão já apontam como dado concreto o fato de o ex-assessor da Casa Civil e ex-secretário de Comunicação do PT, Marcelo Sereno, ter participado da indicação dos dirigentes dos fundos de previdência das estatais.

Segundo o deputado, também estaria caracterizada a relação de Marcelo Sereno com a família Almeida Rego, cujo patriarca, Haroldo de Almeida Rego Filho, conhecido como Pororoca, é

investigado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por operações irregulares no mercado financeiro, tais como lavagem de dinheiro e ocultação de bens.

A convicção do deputado foi reforçada pelos depoimentos de ontem, quando a sub-relatoria ouviu Fabiana Carneiro Carnaval, ex-gerente de investimentos do Nucleos – Instituto de Seguridade Social e prima de um dos filhos de Pororoca. Também prestou depoimento Rogéria Costa Beber, acompanhada de seu marido, Murilo de Almeida Rego, filho do operador.

Antônio Carlos Magalhães Neto informou que fará hoje uma apresentação para mostrar como os fundos de pensão se comportaram, entre os anos de 2000 e 2005, com os bancos Rural e BMG. Essas instituições teriam sido as fontes oficiais dos empréstimos que financiaram o esquema conhecido como mensalão ou valerioduto.

– Ficou comprovado que houve uma concentração enorme de investimentos nesses dois bancos em 2004, que foge completamente ao padrão do desempenho dos fundos nos anos anteriores – disse o deputado.

## Nucleos: ex-gerente diz que não decidia

A ex-gerente de investimentos do Nucleos – Instituto de Seguridade Social, Fabiana Carneiro Carnaval, negou ontem, em depoimento à Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, participação em operações que prejudicaram a entidade, mantida por funcionários das estatais da área de energia nuclear. Segundo o sub-relator, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, o Nucleos registrou prejuízo da ordem de R\$ 28 milhões nos últimos dois anos, apenas em operações com títulos públicos no mercado financeiro.

– Todas as possibilidades de investimento partiam da diretoria executiva, eu nunca participei das reuniões. Não tinha poder para dar ordens. As decisões partiam da diretoria e eram discutidas com o conselho deliberativo, com o conselho de investimentos e com o conselho fiscal. Eu não deliberava nada – explicou Fabiana, que trabalhou no Nucleos entre 2003 e 2005.

A ex-gerente afirmou não ter mantido contatos com políticos, lideranças partidárias e dirigentes de corretoras de valores. Também disse desconhecer qualquer tipo de operação financeira mantida com recursos do Nucleos que tenha direcionado dinheiro para campanhas do PT no Rio de Janeiro, em 2004.

Em depoimento anterior, o ex-diretor financeiro do Nucleos Gildásio Amado Filho declarou que Fabiana seria responsável pelas aplicações do fundo.

O sub-relator da comissão de inquérito informou que vai apresentar, hoje, requerimento solicitando acareação entre a ex-gerente do Nucleos, o ex-presidente da instituição Paulo Figueiredo e o ex-diretor financeiro Gildásio Amado Filho.

Genádio Magalhães



ACM Neto, entre Rogéria e Murilo, toma depoimento sobre desvios em previdência de estatais

## Nora de operador nega participação na gestão de recursos na corretora Arbor

Em depoimento à Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, da CPI dos Correios, Rogéria da Costa Beber isentou-se de responsabilidade na gestão de recursos movimentados pela corretora Arbor. Ela é nora do operador Haroldo de Almeida Rego, mais conhecido como Pororoca, e casada com Murilo de Almeida Rego, que a acompanhou no depoimento.

Rogéria apresentou atestado médico segundo o qual o marido seria portador de transtorno bipolar do humor desde 1999. Por esse motivo, explicou, todos os bens da família estariam em nome dela, embora as operações no mercado financeiro sejam feitas por Murilo. O argumento foi questionado pelo sub-relator, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, pois Rogéria Beber admitiu que a doença não atrapalha a atuação de seu marido no mercado de ações.

A depoente afirmou que trabalhou no gabinete do vereador Fernando Gusmão (PCdoB-RJ), a quem fez uma contribuição de R\$ 21 mil durante a campanha política de 2004. Também disse que é amiga da mulher de Marce-

lo Sereno, ex-dirigente do PT. Murilo Rego, por sua vez, informou ser amigo de Sereno e confirmou que trabalhou como assessor do ex-deputado federal e prefeito de Nova Iguaçu, Lindbergh Farias (PT), entre 1994 a 1996.

Murilo declarou que o patrimônio da família reúne cerca de 85 imóveis, a maioria localizada em hotéis, e garantiu que não atua no mercado financeiro, embora se considere um “investidor pessoa física”. Rogéria assegurou que nunca foi sócia de operadoras do mercado de ações, mas acrescentou ter participado do capital constitutivo da corretora New Highland, em 2002, que mais tarde deu origem à Arbor.

Murilo também afirmou que conhece Alexandre Athayde e que teria emprestado R\$ 20 mil ao operador do mercado financeiro. Em depoimento anterior à sub-relatoria, Athayde disse que Haroldo de Almeida Rego e os filhos Murilo e Cristian – que já depôs na comissão – participaram de transações ilícitas com fundos de pensão que teriam levado ao enriquecimento de empresários e beneficiado campanhas políticas do PT.

## Convocado falta e pode ser preso

Pela terceira vez, Lúcio Bolonha Funaro, que realizava operações de mercado pela corretora São Paulo e também é ex-proprietário da corretora Guaranhuns, deixou de comparecer para depor na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. Por essa razão, o sub-relator de Fundos de Pensão, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, defendeu a prisão de Lúcio Funaro, já que a comissão dispõe de elementos suficientes para utilizar “todo o rigor jurídico”.

– Ele precisa ser reconhecido como foragido pela Polícia Federal e, ao invés de ser citado [convocado a depor], ser preso.

ACM Neto acusou o investidor de estar “brincando” com a CPI e fazendo “jogo de gato e rato” há mais de três semanas. Ele alertou que o não-comparecimento apenas agrava sua situação, já que pode ser indiciado em “meio Código Penal”.

– Isso é um desrespeito ao Parlamento – ressaltou.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse lamentar a ausência de Lúcio Funaro e observou que o Código de Processo Penal é claro sobre as providências a serem tomadas quando há desrespeito a uma intimação: a condução coercitiva, “sob vara”, pela Polícia Federal.

Tanto a Guaranhuns quanto a São Paulo, entre outras corretoras, são acusadas de causar prejuízos milionários a vários fundos de pensão. A Guaranhuns teria sido utilizada pelo empresário Marcos Valério para repassar dinheiro a parlamentares do PL, dentro do esquema do mensalão.



Tuma alerta para a concessão de liminares a casas de jogos, que seriam "centros de corrupção"

## Tuma reclama de bingos sem fiscalização

Romeu Tuma (PFL-SP) manifestou, ontem, sua preocupação com a concessão de liminares a casas de bingo, garantindo o seu funcionamento. Desde fevereiro de 2004, uma medida provisória proibiu as atividades de tais casas de jogos em todo o território nacional.

Tuma anunciou que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso da Associação Brasileira de Bingos (Abrabin), que solicitava permissão para o funcionamento de todos os bingos do estado de São Paulo ligados à associação. Entretanto, avisou o senador, as casas que já obtiveram liminar não foram atingidas pela decisão e podem continuar em atividade.

– Com essas liminares não há fiscalização; e há casas de bingo que são usadas como verdadeiros centros de corrupção – sublinhou Tuma.

O senador disse ser contra a liberação desse tipo de atividade e lembrou que a CPI dos Bingos, do Senado Federal, vem investigando e apurando vários fatos relativos ao envolvimento de casas de jogos com crime organizado e lavagem de dinheiro.

Em aparte, Tião Viana (PT-AC) afirmou que, embora seja contrário à atividade do jogo no país, o Congresso Nacional deve tomar a frente na discussão e apresentar uma proposta que reflita a vontade popular sobre o funcionamento ou não das casas de bingo.

Alvaro Dias (PSDB-PR) também aparteu o pronunciamento de Romeu Tuma.

Antonio Carlos leva ao Plenário notícias sobre operadora de telefonia que, além de um aporte de capital de R\$ 5 milhões, aplicaria o mesmo valor a título de patrocínio anualmente na Gamecorp

# ACM pede CPI sobre patrocínio da Telemar a empresa de filho de Lula

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu ontem a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar o patrocínio da operadora de telefonia fixa Telemar à empresa de videogames Gamecorp, da qual Fábio Luiz Lula da Silva, filho do presidente da República, é sócio.

Antônio Carlos levou à tribuna jornais e revistas do último fim de semana que trazem a informação de que a Telemar – que já havia feito um aporte de capital de R\$ 5 milhões na empresa do filho de Lula no fim de 2004 – aplica outros R\$ 5 milhões por ano a título de



ACM: "Mesmo os ministros que não roubam agem de maneira a facilitar as roubafeiras"

patrocínio na Gamecorp. O dinheiro é utilizado na produção de programas de televisão da empresa de videogames,

e para comprar espaço nas emissoras que veiculam a atração.

O senador afirmou ter "material" sobre o caso, que pretende entregar à CPI dos Correios. Também acusou o presidente da República de anuência com a corrupção.

– Lula não é alvo da oposição. Ele é alvo do descaramento, da falta de vergonha do governo, das coisas inacreditáveis que acontecem em todos os ministérios, com raríssimas exceções. Até mesmo nos ministérios onde não tem roubo, os ministros agem de maneira a facilitar as roubafeiras – disse ACM.

## Virgílio: Lula usa máquina pública para campanha

Ao afirmar que o presidente Lula estaria "usando a máquina pública para tentar se reeleger", o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) leu trechos de matéria do jornal *Folha de S. Paulo* sobre o lançamento, em abril, de uma campanha sobre a auto-suficiência da Petrobras na produção de petróleo. De acordo com a matéria, disse o senador, está prevista a distribuição, para professores e alunos de 14 a 18 anos da rede pública, "de cartilhas em tom nacionalista sobre a auto-suficiência".

– Pobre ensino brasileiro. Vai ter que ouvir lulismo dos pés à cabeça... Só falta agora o Planalto mandar colocar a foto de Lula nas escolas – afirmou Virgílio.

Também foi motivo de críticas do senador o fato de a Petrobras ter renovado contrato com a empresa de Duda Mendonça. Virgílio lembrou que o publicitário é investigado pela CPI dos Correios e pela Polícia Federal por seu envolvimento no chamado mensalão.

## Alvaro Dias afirma que operação tapa-buracos é feita sem contrato

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem a realização de obras em rodovias, no âmbito da operação tapa-buracos, sem a assinatura dos contratos com as empreiteiras. O parlamentar informou que 80% dos contratos para obras em Minas Gerais ainda não tinham sido assinados, e que, no Paraná, 600 quilômetros ainda precisam ser recuperados.

O senador condenou também o fato de o governo ter destinado R\$



Virgílio pede voto de aplauso ao jornal *Folha de S. Paulo* por seus 85 anos

Ele acrescentou que o próprio Duda Mendonça admitiu ter recebido R\$ 10,5 milhões do caixa dois do PT em conta no exterior.

### Votos de aplauso

Arthur Virgílio ainda encaminhou quatro requerimentos de votos de aplauso. O primeiro foi para a índia brasileira Diana Cristina de Souza, 15 anos, que conquistou, nesse fim de semana, a etapa de Florianópolis do World Qualifying Series (WQS), divisão de acesso à elite do surfe

mundial. Ela se tornou a surfista mais jovem a vencer uma etapa do WQS da história.

O segundo voto de aplauso requerido foi para a pianista amazonense Geruza Mustafa, que comemorou seus 80 anos com um recital em Manaus.

O diretor do Comando Geral de Tecnologia Aeroespacial, tenente-brigadeiro-do-ar Carlos Augusto Leal Velloso, recebeu um pedido de homenagem do senador por ter dito à imprensa que é melhor gastar US\$ 10 milhões com o lançamento do primeiro astronauta brasileiro do que no pagamento de mensalão.

O quarto voto de aplauso de Arthur Virgílio foi pelos 85 anos do "combativo e coerente" jornal *Folha de S. Paulo*. Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Mão Santa (PMDB-PI), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Ramez Tebet (PMDB-MS) também apoiaram a homenagem à publicação, que fez aniversário no domingo.



Segundo Alvaro Dias, o governo trata a recuperação de rodovias como espetáculo

290 mil para recuperação da BR-467, no Paraná, rodovia por ele considerada em boas condições de tráfego.

– Somente governos deploráveis podem considerar essa operação motivo de espetáculo – criticou.

Alvaro Dias chamou o governo de

incompetente porque, mesmo tendo negociado com o FMI a exclusão de parte dos investimentos em infraestrutura do cálculo do superávit primário, teria gasto menos do que poderia. Ele ressaltou terem sido executados apenas 36% dos R\$ 3,581 bilhões previstos para investimento em 2005 no Projeto Piloto de Infra-Estrutura.

O senador ainda sugeriu que as empresas de consultoria contratadas pela CPI dos Correios verifiquem se há conveniência de natureza empresarial na operação realizada entre a Gamecorp, empresa do filho do presidente da República, e a operadora de telefonia Telemar.



José Agripino chama de estratégia de marketing a viagem de Lula ao Nordeste

## Para Agripino, Lula "só é bom de promessa"

A viagem do presidente Lula ao Nordeste, que se inicia hoje e prioriza inaugurações na área da educação, foi avaliada pelo senador José Agripino (PFL-RN) como uma estratégia de marketing.

O pefelista criticou o presidente da República por inaugurar, nessa visita ao Nordeste, obras que seriam realizações do governo Fernando Henrique, como a Universidade do Vale do São Francisco e a reforma do Aeroporto Internacional dos Guararapes, no Recife.

– Lula é bom de promessa, mas não sabe governar por não ser corajoso, decidido – disse Agripino.

Segundo o senador, em recente visita ao Rio Grande do Norte, o presidente teria optado por inspecionar a operação tapa-buracos em vez de visitar o Aeroporto de São Gonçalo, cujas obras, também iniciadas no governo passado, estariam andando "devagarinho".

– O que eu recrimino em Lula é ele se vangloriar de posar de governante e administrador eficiente que não é – afirmou.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) assinalou que o presidente da República, em vez de inaugurar o campus da Universidade Federal do Piauí em Parnaíba, deveria visitar as obras do porto de Luís Correia, do metrô de Teresina e do Hospital Universitário, que estariam paradas. Já o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse acreditar que o governo federal deveria dar prioridade à educação básica, "que é onde começa a universidade", e não ao ensino superior.

## Comissão aprova projeto que atualiza regimento do Senado

A comissão especial criada para propor alterações que atualizem o Regimento Interno do Senado aprovou ontem o parecer do relator, senador Tião Viana (PT-AC), ao projeto de resolução, que segue para apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pelo projeto, o resultado das eleições passa a ser tomado como critério para a representação partidária, proporcional ao tamanho das bancadas, em cada comissão. Isso uniformiza os regimentos do Senado e da Câmara (já alterado) no sentido de incentivar a fidelidade partidária e evitar a prática da troca de partidos às vésperas da renovação das composições das comissões.

Outras alterações propostas pela comissão especial, presidida por Marco Maciel (PFL-PE), pretendem democratizar o uso da palavra pelos oradores no Plenário. Para isso, o projeto torna mais rígido o controle do tempo. Os discursos passariam a ser prorrogados apenas por um ou dois

minutos para o senador encerrar o pronunciamento. E os líderes só poderiam fazer uso da palavra uma única vez por sessão para comunicação urgente ou de interesse partidário, por cinco minutos. O projeto também fixa o horário de início das votações, a chamada ordem do dia, para as 16h. Com isso, o período destinado aos discursos dos senadores no início da sessão passa de uma hora e meia de duração para duas horas.

Também é definido com mais precisão o critério para a escolha do projeto que encabeça a lista de matérias em caso de tramitação conjunta de proposições semelhantes. Seria escolhida a mais antiga das propostas. O projeto busca ainda simplificar a tramitação de requerimentos e os procedimentos para transcrição de documentos nos Anais do Senado.

Para o relator da comissão especial, o projeto é “um primeiro passo no sentido de tornar a Casa mais célere, para dar as respostas que a sociedade quer”.

## Heloísa critica ministro por não receber grevistas

Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, por ter se negado a receber os procuradores da Fazenda Nacional, que estão em greve por melhores salários e condições de trabalho. Segundo a senadora, o ministro disse que não receberia nem uma comissão indicada pelos grevistas. Ela lamentou que, “enquanto o governo favorece grandes banqueiros”, se recusa a receber trabalhadores com reivindicações justas.

Heloísa condenou também o patrocínio de R\$ 5 milhões da Telemar, maior operadora de telefones no Brasil, à empresa Gamcorp, de Fábio Luiz da Silva, filho do presidente Lula. Ela classificou o fato como “banditismo e tráfico de influência”.



Heloísa lamenta recusa de Paulo Bernardo à solicitação dos procuradores da Fazenda Nacional

A parlamentar parabenizou Patrícia Saboya (PSB-CE) pelo lançamento ontem, em Fortaleza, do livro *Infância e Parlamento*. A publicação traz um diagnóstico da situação dos direitos das crianças e dos adolescentes no país e sugestões para melhorar sua situação. Heloísa ressaltou que a obra, além de mostrar a distribuição de competências no que diz respeito ao atendimento de crianças e adolescentes, mostra a importância dos movimentos sociais, “que muitas vezes substituem o aparelho de Estado”.

Parlamentares condenam intenção do governo de impedir repactuação de dívidas de produtores rurais

## Indignação ao anúncio de veto

O anúncio, pelo governo, de veto ao projeto que trata da repactuação de dívidas dos produtores rurais do Nordeste, aprovado pelo Senado na semana passada, gerou reação em Plenário. Em pronunciamentos da tribuna, Mão Santa, Ramez Tebet, Rodolpho

Tourinho e Garibaldi Alves manifestaram indignação com a posição do Executivo e ressaltaram o desespero dos agricultores diante do risco de terem suas terras tomadas pelos bancos. Os senadores criticaram o governo pela falta de sensibilidade e de compromisso com o campo.

Mão Santa



### Governo demonstra falta de sensibilidade

Mão Santa (PMDB-PI) conclamou os senadores a derrubarem o veto anunciado pelo presidente da República ao projeto de lei que trata da repactuação das dívidas agrícolas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), contratadas até dezembro de 2000. Conforme enfatizou o parlamentar, “falta sensibilidade ao governo no tratamento dirigido aos pequenos produtores e ao problema do campo”.

Aprovado na semana passada no Senado, o projeto de lei da Câmara (PLC 142/05) foi à sanção, mas o presidente Lula anunciou que irá vetá-lo, alegando falta de recursos para cobrir possíveis prejuízos aos bancos credores e ao erário. Pela proposição, é concedido prazo de até 25 anos para a amortização das dívidas negociadas e oferecidos descontos no saldo devedor.

Mão Santa disse que, ao anunciar que irá vetar matéria dessa importância para o desenvolvimento do país, o governo do PT demonstra que sua única preocupação é favorecer os bancos “e agradar aos banqueiros”.

Ramez Tebet



### Agricultores sofrem com dívidas e secas

Num pronunciamento que recebeu apoio de vários senadores, Ramez Tebet (PMDB-MS) fez duras críticas ao governo pela intenção de vetar o projeto de renegociação das dívidas de agricultores do Nordeste, aprovado pelo Senado. Para Tebet, a política econômica é prejudicial ao campo.

– Estou com os agricultores do Nordeste e de todos os estados que sofrem neste momento – disse, elogiando o relator da matéria, Fernando Bezerra (PTB-RN).

Tebet explicou que os produtores rurais estão sofrendo com o endividamento, as intempéries e “a marca da aftosa”, mas o governo não aceita negociar nada, e ainda impõe prazos muito curtos nos empréstimos.

Ele questionou o papel exercido pelo Banco do Brasil, o principal agente do crédito rural. Segundo disse, a instituição prefere ser “o banco da terra”, no sentido irônico, já que em vez de renegociar dívidas para recuperar o capital investido está optando por executar os devedores, e se apropriando das garantias, em geral as terras dos endividados.

Rodolpho Tourinho



### Produtores temem perder suas terras

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) manifestou sua inconformidade com o anúncio de veto ao projeto aprovado pelo Congresso que trata da renegociação das dívidas dos agricultores do Nordeste. O senador se disse indignado com a situação dos agricultores na região do médio São Francisco, na Bahia, que visitou em companhia do governador do estado, Paulo Souto. Segundo Tourinho, os agricultores estão desesperados com a possibilidade de verem suas propriedades tomadas pelos bancos.

O senador disse compreender que determinados contratos não sejam passíveis de negociação, mas pediu que empréstimos de menor valor sejam renegociados. Ele ressaltou que os créditos foram tomados a taxas de juros três vezes maiores que as previstas no projeto e com prazos de carência menores.

Tourinho alertou para o risco de os agricultores perderem seu meio de sobrevivência e pediu ao governo que proponha uma “negociação coerente” na medida provisória que pretende enviar ao Congresso sobre a matéria.

Garibaldi Alves



### Necessidade de uma ampla negociação

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu que o projeto que trata da repactuação das dívidas agrícolas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), contratadas até 2000, não seja vetado. O parlamentar defendeu uma ampla negociação sobre o assunto.

– Nem o Congresso nem o governo podem deixar de se sensibilizar diante dessa questão. Um produtor rural faz um empréstimo de R\$ 20 mil para custeio ou investimento e, em pouco tempo, tem uma dívida de mais de R\$ 100 mil, que é, para ele, impagável. Eles não querem perdão, mas negociação – afirmou Garibaldi.

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) lamentou a complexidade da questão e disse que as execuções judiciais sobre os que não conseguem pagar o que devem não podem prosseguir da forma como são feitas.

Ana Júlia Carepa (PT-PA) alertou para a necessidade de se analisar o problema com responsabilidade.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que a situação mais crítica é a dos pequenos produtores do semi-árido nordestino.